



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	19515.001133/2008-97
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>1402-001.941 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	05 de março de 2015
<b>Matéria</b>	PROCESSO ADMINISTRATIVO - TEMPESTIVIDADE
<b>Recorrente</b>	COM DE CEREAIS SAMPAIO LTDA - EPP
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 2003

RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

Interposto recurso voluntário após o prazo de dias contados da ciência da decisão de primeira instância, resta caracterizada sua intempestividade, implicando o seu não conhecimento.

Recurso Voluntário Não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso voluntário por intempestivo, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Ausentes momentaneamente os Conselheiros Frederico Augusto Gomes de Alencar e Carlos Pelá. Participou do julgamento a Conselheira Maria Elisa Bruzzi Boechat.

*(assinado digitalmente)*

LEONARDO DE ANDRADE COUTO - Presidente

*(assinado digitalmente)*

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO – Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Carlos Pelá, Frederico Augusto Gomes de Alencar, Fernando Brasil de Oliveira Pinto, Moisés Giacomelli Nunes da Silva, Leonardo de Andrade Couto e Paulo Roberto Cortez.

## Relatório

**COM DE CEREAIS SAMPAIO LTDA - EPP** recorre a este Conselho, com fulcro no art. 33 do Decreto nº 70.235, de 1972, objetivando a reforma do acórdão nº 16-19.077 da 7ª Turma da Delegacia de Julgamento em São Paulo – DRJ/SPOI, que julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada.

Por bem refletir o litígio até aquela fase, adoto excertos do relatório da decisão recorrida, complementando-o ao final:

*Contra a pessoa jurídica acima identificada, inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, foi lavrado em 28/03/2008, relativamente ao ano-calendário de 2003, Auto de Infração para constituição do crédito tributário do Imposto de Renda Pessoa Jurídica-SIMPLES (fls.214/217), no montante de R\$ 240.060,16, incluídos juros de mora calculados até 29/02/2008 e multa de ofício de 75% e 150%.*

*Decorrentes de tributação reflexa, foram lavrados ainda os seguintes Autos de Infração, com os respectivos créditos tributários: Contribuição para o Programa de Integração Social-PIS-SIMPLES (fls.224/227), R\$ 240.060,16, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL-SIMPLES (fls.234/237), R\$ 369.323,40, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS-SIMPLES (fls.244/247), R\$ 738.646,95 e Contribuição para a Seguridade Social – INSS-SIMPLES (fls.254/257), R\$ 1.558.747,59, perfazendo o crédito tributário total de R\$ 3.146.838,25.*

*Tendo em vista que os lançamentos acima decorrem dos mesmos fatos geradores e elementos de prova, o relatório e o voto deste acórdão contemplarão todos os lançamentos, sendo o IRPJ o lançamento principal e os demais por tributação reflexa.*

*O autor do procedimento fiscal diz, em síntese, no Termo de Verificação e Constatação (fls. 185/191), que a empresa, regularmente intimada, não logrou comprovar a origem dos valores creditados, no ano-calendário de 2003, em conta de depósitos junto ao Banco Bradesco (agência nº 3149-6, c/c nº 388-3).*

*O resumo dos créditos/depósitos não comprovados, por mês do ano-calendário de 2003, já deduzidos os valores informados pela contribuinte na Declaração Anual Simplificada – PJSI relativa ao ano-calendário em questão, são mostrados na tabela abaixo separados em: 1) créditos da atividade mercantil conforme extratos e 2) outros créditos.*

mês/2003	Créditos bancários-Operações Mercantis (R\$)	Outros Créditos bancários (R\$)
----------	--	---------------------------------

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001  
Autenticado digitalmente em 01/04/2015 por FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO, Assinado digitalmente

em 01/04/2015 por FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO, Assinado digitalmente em 02/04/2015 por LEONARD O DE ANDRADE COUTO

Impresso em 08/06/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

<i>janeiro</i>	583.363,79	203.296,86
<i>fevereiro</i>	391.989,51	96.607,76
<i>março</i>	610.853,01	136.677,29
<i>abril</i>	578.482,94	138.413,51
<i>maio</i>	759.810,69	231.761,21
<i>junho</i>	904.236,99	147.680,44
<i>julho</i>	979.730,53	293.215,24
<i>agosto</i>	719.807,82	280.877,07
<i>setembro</i>	995.221,72	162.481,51
<i>outubro</i>	885.665,10	198.908,71
<i>novembro</i>	755.031,43	135.280,94
<i>dezembro</i>	0,00	0,00
<i>Totais</i>	8.164.193,53	2.025.200,54

*Os valores acima não comprovados foram considerados omissão de receita pelo Auditor-fiscal, sob o fundamento legal, para o IRPJ-SIMPLES, no art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996, constituindo o crédito tributário mediante os Autos de Infração referidos no intróito. Incluiu ainda o agente fiscal no crédito tributário diferenças em razão de recolhimentos a menor dos débitos do SIMPLES.*

*Aos valores omitidos considerados de origem em operações mercantis, o Auditor-fiscal aplicou a multa de ofício de 150%, em virtude da falta de registro das operações nos livros fiscais/contábeis e sua omissão na declaração de rendimentos. Por considerar ainda que ocorreu, em tese, crime contra a ordem tributária formalizou representação fiscal para fins penais através do processo administrativo nº 19515.001281/2008-10, apenso ao presente. Para os outros depósitos não comprovados, aplicou a multa de 75%.*

*Finalmente, em razão do excesso da receita bruta para efeitos de opção pelo Simples-EPP, providenciou representação administrativa para exclusão do referido sistema (fls.191).*

*A fundamentação legal completa do lançamento e os demonstrativos do cálculo do principal/acréscimos legais do IRPJ-SIMPLES, bem como dos reflexos encontram-se indicados nos respectivos Autos de Infração.*

Cientificada dos lançamentos em 04/04/2008 (fls.259), a contribuinte apresentou impugnação em 30/04/2008 (fls.263/308), onde requer a nulidade ou o cancelamento dos Autos de Infração, alegando, **em resumo e substância**, as seguintes razões:

- teria ocorrido a decadência do Fisco proceder aos lançamentos relativos aos fatos geradores anteriores ao primeiro trimestre de 2003, em face do disposto no art. 150, § 4º, do CTN;
- houve cerceamento de defesa, posto que não teriam sido obedecidos os preceitos legais e princípios constitucionais que asseguram à contribuinte a apreciação de todos os meios de prova em direito admitidos, como busca da verdade material; assim, não teria sido provada pela fiscalização a certeza da ocorrência dos fatos geradores;
- houve a inclusão indevida de valores na base de cálculo para apuração do crédito tributário, pois grande parte dos créditos lançados nos extratos bancários tratavam-se de transferências inter-bancárias, valores de terceiros de outro Estado, recebidos para liquidação de suas contas para com seus fornecedores (Comercia Corbelha Ltda.), além de outras operações atípicas que não traduzem operações de vendas e não podem ser caracterizadas como receita bruta;
- o Auditor-fiscal ignorou, na imputação da infração, pelos documentos fornecidos, quais as receitas, os custos, os valores de terceiros, as transferências inter-bancárias, valores de terceiros recebidos para liquidação de suas contas para com seus fornecedores, entre outros; ou seja, não teria sido buscada a verdade material para a apuração do efetivo lucro passível de tributação;
- a movimentação bancária, por si só, não corporificaria fato gerador do imposto de renda, pois depósito bancário é fluxo, que não tipifica renda; juridicamente, só o estoque tem a conotação de acréscimo patrimonial;
- que, por princípios constitucionais, não estaria obrigada a fornecer extratos bancários, pois ninguém está obrigado a produzir provas contra si mesmo, e que tendo sido invertida a prova da origem dos depósitos bancários, viu-se obrigada a prestar informações sigilosas e descabidas, prejudicando a si

*mesma; desta forma, não seria permitido lançamento do imposto de renda com base apenas em depósitos bancários;*

- *seria indevida a aplicação da multa do § 1º, inciso II, do art.44 da Lei nº 9.430/96, por não caracterizada as hipóteses previstas nos art. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502/64.*

*Ao final, protesta a impugnante provar o alegado por todos meios de prova em direito admitidos, inclusive perícias, diligências e outros meios.*

Em análise da impugnação apresentada, a 7ª Turma da DRJ/SPOI julgou-a parcialmente procedente, exonerando parcela do crédito tributário em razão da decadência.

O contribuinte foi cientificado da decisão em 11 de março de 2009 - conforme aviso de recebimento de fl. 883 – apresentando recurso voluntário de fls. 904-996 em 20 de abril de 2009. Em síntese, reafirma os termos de sua impugnação.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO, Relator.

O contribuinte foi cientificado do lançamento em 11 de março de 2009.

Dispõe o art. 33 do Decreto nº 70.235, de 1972, que o prazo para interposição de recurso voluntário é de 30 dias após ciência da decisão de primeira instância.

Considerando-se que o recurso voluntário foi apresentado em 20 de abril de 2009 sem qualquer menção à questão da tempestividade que pudesse alterar o entendimento sobre a matéria, conclui-se que o mesmo é manifestamente intempestivo.

Isso posto, voto por não conhecer do recurso voluntário por intempestivo.

*(assinado digitalmente)*

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO - Relator